



**SINPEEM**

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM  
EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL-SP

# Plano Nacional de Educação Onde estamos? Para onde vamos?

29º Congresso do Sinpeem

Prof. Dr. Rodrigo Ratier  
[rpratier@casperlibero.edu.br](mailto:rpratier@casperlibero.edu.br)

# Plano da apresentação

# Plano da apresentação

- O que é o PNE
- Histórico recente
- 20 metas em resumo
- Balanço
- PNE e as candidaturas presidenciais



O que é o PNE

# O que é

- Plano Nacional de Educação – PNE
- Lei 13.005/2014
- Principal novidade dos últimos anos sobre regras de financiamento
- 2024: investimento público em educação pública equivalente a 10% do PIB do país



Histórico  
recente

# Histórico recente

- Bússola para as ações em educação
- Constituição 1998/LDB 1996: planos decenais com diretrizes, metas e estratégias
- 1º PNE (2001-2010)
  - Grande número de metas (295)
  - Muito genéricas, sem indicadores de acompanhamento
  - Previsão de elevação do gasto público para 7% do PIB vetado por FHC na promulgação



# Histórico recente

- 2º PNE
- 2014-2024
  - Apresentado em 2010, fruto de discussões na Conae
  - Intensamente negociado na Câmara e no Senado por quatro anos
  - Aprovação no Legislativo e sanção presidencial em 2014





# Histórico recente

- 2º PNE
- 2014-2024
  - Apresentado em 2010, fruto de discussões na Conae
  - Intensamente negociado na Câmara e no Senado por quatro anos
  - Aprovação no Legislativo e sanção presidencial em 2014
  - 20 metas objetivas sobre todas as etapas de ensino
  - Previsão de investir 10% do PIB até 2014 (7% até 2019) considerada estratégica para o cumprimento das outras



# Falta recurso ou falta gestão?

- % sobre o PIB
  - Finlândia 7,1%
  - OCDE 5,1%
  - Portugal 5,0%
  - **Brasil 5,0%**
  - Chile 5,0%
- Gasto por aluno (anual em dólares PPP)
  - Finlândia US\$ 10.387
  - Coreia do Sul US\$ 10.316
  - OCDE US\$ 10.106
  - Portugal US\$ 8.821
  - Chile US\$ 4.127
  - **Brasil US\$ 3.837**
    - **A maior parte dos municípios brasileiros investe menos de R\$ 4.000/ano**
  - México US\$ 3.219

20 metas em  
resumo

## 20 metas em resumo

- 1- Universalizar pré-escola, atender 50% em creches
- 2- Universalizar o fundamental, 95% concluindo na idade certa
- 3- Universalizar escola para 15-17 anos, 85% no Médio
- 4- Universalizar inclusão e AEE para 4-17 anos
- 5- 100% alfabetizados até 3º ano
- 6- Tempo integral em 50% das escolas, 25% dos alunos
- 7- Ideb 6,0 (F1), 5,5 (F2) e 5,2 (EM)
- 8- 12 anos de escolaridade média, igualar negros e não-negros
- 9- Erradicar o analfabetismo, reduzir em 50% o analfabetismo funcional
- 10- 25% da EJA integrada à educação profissional



# 20 metas em resumo

- 11- Triplicar educação profissional
- 12- 33% jovens 18-24 no ensino superior
- 13- Ensino superior com 75% de mestres e doutores (35%)
- 14- Titular 60 mil mestres e 25 mil doutores por ano
- 15- 100% de professores com formação superior na área em que atuam
- 16- 50% dos professores da EB com pós-graduação
- 17- Equiparar rendimento do magistério a profissões equivalentes até 2020
- 18- Plano de carreira baseado no piso até 2016
- 19- Mecanismos de gestão democrática da Educação até 2016
- 20- 7% do PIB até 2019 e 10% até 2024



# Balanço 2014-2018

- “O Plano Nacional de Educação 2014-2024 completa seu quarto ano de vigência... e de descumprimento.” (Dossiê Retrocessos, Semana da Ação Mundial, 2018)
- CaQi e SNE não saem do papel
- Segundo a lógica da agenda progressiva do PNE, os anos de 2016 e 2017 eram chave.
  - 2016: implementação do CAQi
  - 2017: definição do CAQ
  - 2017: regulamentação do Sistema Nacional de Educação (SNE)
  - **Nada disso aconteceu.**

# Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb) revogado

- Sinaeb: instrumento para qualificar a avaliação da educação básica
- Instituída em Portaria MEC 369/2016 depois de dois anos de discussão no Inep (maio)
- revogada pela Portaria revogatória 981/2016 (agosto)

“Considerando:

Que as revisões da Base Nacional Comum Curricular - BNCC ainda estão em curso; e

Que a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - Sinaeb deve se pautar nas recomendações e orientações emanadas desse processo, resolve:

Art. 1º - Fica revogada a Portaria MEC nº 369, de 5 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 86, de 6 de maio de 2016, Seção 1, pág. 26, que instituiu o Sinaeb.

Art. 2º - Ficam mantidas as avaliações da educação básica já realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.”



# Analfabetismo estagnou, matriculas na EB não universalizadas

- 11 milhões de analfabetos (7% em 2017 X 6,5% meta 2015)
- EI: 90% (2015) X 100% pré (2016); 30% (2015) X 50% creche (2024)
- EF : 97,7% (2015) X 100% (2024)
- EM: 84% (2015) X 100% (2016), ref. a jovens de 15-17 anos na escola
- Desmonte do programa Brasil Alfabetizado
- Em todas as faixas-etárias, os mais excluídos são meninas e meninos negros, que vivem no campo, em famílias de baixa renda, com pais ou responsáveis com pouca ou nenhuma escolaridade.

# Retrocessos nas políticas de Educação Infantil

- **Perspectiva assistencialista:**
  - Criança Feliz: atendimento em espaços inadequados para atender as especificidades da educação das crianças pequenas e por profissionais sem a formação específica.
    - Por meio de visitas domiciliares às famílias participantes do Programa Bolsa Família, as equipes do Criança Feliz farão o acompanhamento e darão orientações importantes para fortalecer os vínculos familiares e comunitários e estimular o desenvolvimento infantil. (Página do programa no site do MDS)
- **Ações para a privatização da educação:**
  - atendimento em instituições conveniadas
  - adoção de sistemas educacionais privados (apostilamento, materiais didáticos, formação, avaliação)
  - Não garantia de direitos das/os profissionais do magistério

# Desmonte do Fórum Nacional de Educação

- FNE: órgão composto de entidades ligadas à Educação constituído após a Conae 2014 para acompanhar o PNE.
- Parceria com MEC (executivo/coordenador) e CNE (normativo/deliberador)
  - “Decreto Executivo de 26 de abril de 2017 e da Portaria 577/2017, desmontou o Fórum Nacional de Educação (FNE), tornando-o submisso à decisão monocrática do MEC quanto à sua composição e, a partir disso, sem qualquer independência e legitimidade como espaço de deliberação. Isso fere os princípios da autorrepresentação e da autonomia da sociedade civil em espaços democráticos e participativos.” (Dossiê Retrocessos, Semana da Ação Mundial, 2018)

# EC 95/2016: teto de gastos e privatização

- Subfinanciamento impede de resolver carências estruturais
- Abertura de portas a parcerias público-privadas na educação pública:
- Compra de sistemas apostilados de baixa qualidade
- contratos de gestão com fundações empresariais
- contratação de Organizações Sociais – muitas vezes sem qualquer experiência em educação
- A “novidade” dos CIS
  - Contrato de Impacto Social (CIS), em que o Estado contrata um prestador de serviços privado para realizar uma tarefa (exemplo: diminuir as taxas de evasão escolar no Ensino Médio em até 7%), mas só paga se as metas forem cumpridas.
  - O prestador de serviços contratado pode captar recursos no mercado financeiro e subcontratar empresas sem qualquer vínculo com educação.
  - A avaliação do “impacto” é feita usando metodologias que comparam grupos de alunos “de tratamento” (que receberam os produtos) e “de controle” (que não recebem as intervenções).

# Escola sem partido: ameaça à liberdade de cátedra e a luta por igualdade de gênero

- PNE (texto Vanhoni): “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”.

PNE (texto final): “a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”

- Supressão dos termos “gênero” e “orientação sexual” da BNCC, PEEs e PME
- Denuncismo: clima de tensão e perseguição a professores nas escolas

# Reforma do Ensino Médio por MP

- Lei 13.415/2017, com origem na MP 746/2016, impõe uma Reforma do Ensino Médio
- currículo mínimo através de “itinerários formativos”, vistos como precarização e de difícil implementação
- tendência de aprofundamento das desigualdades educacionais e sociais
- abertura para utilizados recursos do Fundeb para a realização de parcerias com o setor privado
- possibilidade de oferta de até 40% de EaD

# Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com baixo consenso

- Governo Temer: demissão dos colaboradores da V1 e V2, fechamento da V3 com “grupo de notáveis”
- O questionável método de “construção coletiva”: consulta online e audiências “públicas”
- Pressão de grupos conservadores (“ideologia de gênero”) e empresariais (“competências” e “socioemocionais”)

# Política de formação de professores sem diálogo

- “Como linhas de ação para a formação inicial, o MEC apresentou: a criação do Programa de Residência Pedagógica (alinhado à BNCC); a oferta de vagas na Universidade Aberta do Brasil; a oferta de vagas ociosas do Prouni para cursos de primeira e segunda Licenciatura. Quanto à formação continuada, manteve a oferta de programas no âmbito do MEC, propôs a criação de uma plataforma de formação continuada, enfatizou a abertura de novos mestrados profissionais e cursos de especialização para atender aos estados e municípios.” (Dossiê Retrocessos, Semana da Ação Mundial, 2018)
- Definições sem consulta a IES e entidades da educação



# O PNE e as candidaturas presidenciais

# PNE e a candidatura Haddad

- “O PNE (2014-2024) sintetizou os desafios, reunindo metas a serem perseguidas pelo Estado e pela sociedade na década seguinte.
  - a) Forte atuação na formação dos educadores e na gestão pedagógica da educação básica, na reformulação do ensino médio e na expansão da educação integral;
  - b) Concretização das metas do PNE, em articulação com os planos estaduais e municipais de educação;
  - c) Institucionalização do Sistema Nacional de Educação, instituindo instâncias de negociação interfederativa; criação de política de apoio à melhoria da qualidade da gestão em todos os níveis e aperfeiçoamento do SAEB;
  - d) Criação de novo padrão de financiamento, visando progressivamente investir 10% do PIB em educação, conforme a meta 20 do PNE; implementação do Custo-Aluno-Qualidade (CAQ) e institucionalização do novo FUNDEB, de caráter permanente, com aumento da complementação da União; retomada dos recursos dos royalties do petróleo e do Fundo Social do Pré-Sal;
  - e) Fortalecimento da gestão democrática, retomando o diálogo com a sociedade na gestão das políticas bem como na gestão das instituições escolares de todos os níveis.”

# PNE e a candidatura Bolsonaro

- Não cita o PNE
  - “Mais matemática, ciências e português, SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE (letras maiúsculas no original)
  - É POSSÍVEL FAZER MUITO MAIS COM OS ATUAIS RECURSOS! (letras maiúsculas e exclamação no original)
  - Qualificação crescente dos professores
  - maior esforço tem que ocorrer cedo, com a educação infantil, fundamental e média
  - revisar e modernizar o conteúdo. Isso inclui a alfabetização, expurgando a ideologia de Paulo Freire, mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), impedindo a aprovação automática e a própria questão de disciplina dentro das escolas
  - Um dos maiores males atuais é a forte doutrinação
  - Precisamos evoluir para uma estratégia de Integração [União, estados, municípios], onde os três sistemas dialoguem entre si.
  - Com base em avaliações técnicas, a Integração permitirá diagnósticos precisos, quer no desempenho dos estudantes ou na qualificação dos professores.
  - “Revisão” de livros sobre o “movimento de 1964” e disciplinas (EMC, OSPB)